

A.I. Nº - 210617.0013/09-6
AUTUADO - HIDROSERV IRRIGAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - AUGUSTO CÉZAR RAMACCIOTTI GUSMÃO
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 08/06/2010

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0114-03/10

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. **a)** PAGAMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. **b)** FALTA DE PAGAMENTO. Fatos demonstrados nos autos. Refeitos os cálculos para correção de erros de digitação e exclusão de valores lançados em duplicidade. Redução do débito. Não acatada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 9/9/09, diz respeito aos seguintes fatos:

1. recolhimento a menos de ICMS devido a título de antecipação parcial, na condição de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresa e empresas de pequeno porte (Simples Nacional), relativamente a aquisições interestaduais de mercadorias, sendo lançado imposto no valor de R\$ 103,18, mais multa de 50%;
2. falta de recolhimento de ICMS devido a título de antecipação parcial, na condição de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresa e empresas de pequeno porte (Simples Nacional), relativamente a aquisições interestaduais de mercadorias, sendo lançado imposto no valor de R\$ 5.249,06, mais multa de 50%.

O contribuinte apresentou defesa (fls. 161/164) dizendo que era enquadrado no SimBahia, sendo devidamente credenciado para o recolhimento do imposto por antecipação nas aquisições interestaduais de mercadorias. Comenta a forma como se desenvolveu a fiscalização e seu resultado. Diz que sua empresa não foi comunicada acerca da fiscalização deflagrada, pois no termo de intimação para apresentação dos documentos não consta a razão pela qual o fiscal havia solicitado tal documentação. Transcreve o art. 196 do CTN. Alega que não foi notificado a esclarecer se porventura houvesse qualquer irregularidade acerca da documentação apresentada, de modo que, esclarecendo, talvez pudesse, oferecendo o contraditório preliminar, evitar até mesmo a lavratura do presente Auto.

Quanto ao teor das imputações e ao enquadramento legal, alega que houve discrepante equívoco entre as irregularidades apontadas pela fiscalização e os documentos contábeis da empresa, e as irregularidades descritas no Auto não podem constituir sanção, uma vez que são divergentes na apuração dos fatos, pelas razões que enumera: Notas Fiscais de entradas, planilha de cálculo do imposto, comprovante de pagamento do tributo, regular cumprimento das obrigações, descabimento da aplicação das multas e apuração efetuada unilateralmente, impregnando circunstâncias ainda não revistas, tais como a verificação e análise da documentação anexada à impugnação, para apurar eventuais irregularidades.

Pede a anulação do Auto de Infração, por ter sido constituído de forma unilateral e sigilosa, sem ato administrativo que o possibilitasse, em confronto à legislação tributária e em desconformidade com os princípios da administração tributária. Alternativamente, pede que, não sendo acatada a nulidade, se analise a documentação apresentada, para os ajustes necessários. Requer que se proceda à compensação, abatendo-se da aplicação da multa tudo o que já foi pago sob o mesmo título e que porventura venha a ser demonstrado posteriormente.

O fiscal autuante prestou informação (fls. 168/170) reconhecendo que, na apuração dos valores lançados, cometeu erros de digitação e lançou valores em duplicidade, de modo que o contribuinte tem razão. Grifa que a base de cálculo encontrada não condiz com a realidade.

Quanto à nulidade pleiteada, o fiscal transcreve trechos do art. 18 do RPAF, argumentando que não procede nenhuma das alegações da defesa quanto à anulação e não pagamento do tributo. Diz o fiscal que não foi ele quem elaborou as planilhas apresentadas na “defesa fiscal”. A seu ver, “a contabilidade copiou o modelo” e colocou o seu nome (dele, autuante), com acento agudo no “Cézar”.

Fala das correções efetuadas. Aponta os valores remanescentes, no total de R\$ 3.798,46. Opina pela procedência parcial dos lançamentos. Juntou novos demonstrativos.

O autuado, ao tomar ciência da revisão do lançamento, peticionou (fls. 181/184) reiterando o pleito da nulidade. Observa que as nulidades suscitadas não são por vícios formais, pois os valores lançados em duplicidade não advêm apenas de erros de digitação, como afirmou o fiscal, uma vez que na apuração dos valores é que foram cometidos tais erros, lançados de forma errônea e posteriormente à equivocada apuração, já que no momento da apuração de tais valores e das quantias supostamente devidas os documentos fiscais analisados, as Notas Fiscais, os recibos dos pagamentos dos impostos e as informações contidas nos bancos de dados da SEFAZ possibilitavam a correta e precisa anotação dos valores apurados, consistindo tal apuração em imperícia, o que a seu ver implica nulidade absoluta do Auto de Infração, já que existe evidente erro material, não passível de correção ou supressão, por ser impossível determinar-se a natureza da infração, bem como o montante do débito tributário supostamente devido, ainda que determinado seja o referido Auto. Alega que a simples lavratura do Auto de Infração não constitui ainda o débito fiscal. Reitera os termos da defesa, reclamando que a empresa não havia sido comunicada acerca da fiscalização deflagrada. Transcreve o art. 196 do CTN. Quanto ao imposto devido, declara reconhecer o débito no valor de R\$ 1.213,13, de acordo com as planilhas anexas. Alega que na informação fiscal não se vislumbra a descrição formal/material obrigatória do montante do imposto devido, por não ter fundamentação legal descrita ou apontada, nem tampouco registrada quando da correção que o fiscal admitiu haver efetuado, descrevendo apenas e tão-somente os meses de competência ou referência, com a imposição de valores sem a devida historicidade. Reitera o pedido de nulidade. Quanto ao mérito, pede que, apreciados os documentos anexados, sejam deduzidos os valores já pagos, ou que, alternativamente, se proceda à compensação com o que foi pago a mais. Assinala haver reconhecido a quantia de R\$ 1.213,13. Juntou documentos.

Dada vista dos autos ao fiscal autuante, este se manifestou considerando que as ponderações do autuado são desprovidas de fundamentação legal. Diz que basicamente o contribuinte não fundamenta sua pretensão. Quanto à alegação do autuado de que teria pago imposto a mais no período de outubro de 2007, pleiteando a compensação com o débito levantado, de modo a restar o saldo de R\$ 1.213,13, o fiscal diz que a esse respeito não tem nada a declarar. Opina pela redução do débito para R\$ 3.798,46, nos termos da informação prestada anteriormente.

VOTO

Os créditos tributários em discussão nestes autos dizem respeito a ICMS devido a título de antecipação parcial. O item 1º cuida de imposto pago a menos; o item 2º, de imposto que deixou de ser pago.

A defesa pede preliminarmente a nulidade do procedimento alegando que a empresa não foi comunicada acerca da fiscalização deflagrada, pois no termo de intimação para apresentação dos documentos não consta a razão pela qual o fiscal havia solicitado tal documentação. Alega que não foi notificado a esclarecer se porventura houvesse qualquer irregularidade acerca da documentação apresentada, de modo que, esclarecendo, talvez pudesse, oferecendo o contraditório preliminar, evitar até mesmo a lavratura do presente Auto.

Cumpre assinalar a distinção entre procedimento e processo. Durante a fiscalização, não existe processo, existe apenas procedimento. O procedimento fiscal é unilateral, não se exigindo nessa fase a observância do contencioso e da ampla defesa, pois durante a fiscalização o contribuinte não está sendo acusado de nada, não se sabendo sequer se será apurada alguma infração. Somente depois de concluída a fiscalização, tendo sido constatada alguma infração, é que, com a lavratura do Auto de Infração, passa a haver uma acusação, impondo-se a partir daí a observância dos critérios constitucionais atinentes ao contencioso e à ampla defesa.

Ultrapasso a preliminar. Passo ao exame do mérito.

Embora a defesa tenha sido feita de forma pouco objetiva, o fiscal, ao prestar a informação, reconheceu que cometera erros de digitação e lançara valores em duplicidade. Refez os cálculos, conforme demonstrativos anexos, reduzindo o valor do imposto a ser lançado para R\$ 3.798,46.

Ao tomar ciência da revisão do lançamento, o autuado manifestou-se reiterando o pleito de nulidade e reclamando que na informação fiscal não se vislumbra a descrição formal ou material obrigatória do montante do imposto devido, pois o autuante admitiu haver efetuado as correções porém apenas indicando os meses de competência, com a imposição de valores sem a devida historicidade.

Não é verdade. O fiscal, além de apontar os valores remanescentes na informação (fl. 170), elaborou demonstrativos apontando as correções efetuadas (fls. 171/174). De acordo com os instrumentos às fls. 177-178, o autuado recebeu cópias das peças às fls. 167/174, compreendendo a informação fiscal e os demonstrativos a ela anexados.

Acato os elementos da revisão fiscal, reduzindo-se o valor do imposto a ser lançado para R\$ 3.798,46, nos termos da informação prestada pelo autuante. Fica excluído o lançamento do item 1º do Auto de Infração. O demonstrativo do débito do item 2º deverá ser refeito com base nos elementos à fl. 170.

O autuado alega que teria pago imposto a mais e pede que seja feita a compensação. O valor remanescente seria de R\$ 1.213,13.

Indefiro o pleito. A depuração de valores eventualmente pagos a mais exige verificação, pelo fisco, da veracidade desse fato, e tal verificação foge ao âmbito da matéria em discussão nestes autos.

O autuado poderá requerer à repartição fiscal que, no momento da quitação deste Auto, se proceda à compensação dos valores porventura pagos a mais.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologada quantia porventura já paga.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **210617.0013/09-6**, lavrado contra **HIDROSERV IRRIGAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 3.798,46**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, inciso I, “b”, 1, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologada a quantia porventura já paga.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de maio de 2010

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA – JULGADORA